

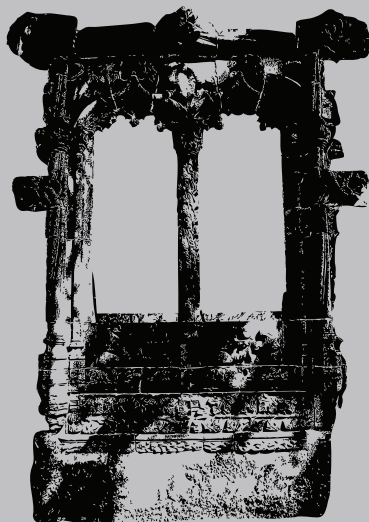


LUSOFONIA

Tempo de Reciprocidades

4 a 9 de Agosto de 2008
Universidade da Madeira

Helena Rebelo
(Coordenação)



 Edições
Afrontamento

ACTAS
VOLUME II

LUSOFONIA TEMPO DE RECIPROCIDADES

Volume II

ACTAS

IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas
Madeira, 4 a 9 de Agosto de 2008

Helena Rebelo
(Coordenação)

 Edições
Afrontamento

2011

LUSOFONIA TEMPO DE RECIPROCIDADES

Volume II

Helena Rebelo
(Coordenação)

Seleção e Organização

LINGUÍSTICA: Helena Rebelo, Thierry Proença dos Santos

LITERATURA: Ana Isabel Moniz, Fernando Figueiredo, Maria Teresa Nascimento

CULTURA: Ana Margarida Falcão, Leonor Coelho, Paulo Miguel Rodrigues

VOLUME II

CULTURA

Discurso artístico e modernidades

Efemérides

Património cultural e (re)edificação nacional

Lusofonia: Tempo de Reciprocidades
Actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas

Coordenação

Helena Rebelo

© 2011, Autores e Edições Afrontamento

Edição

Edições Afrontamento

Rua Costa Cabral, 859 | 4200 Porto

www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

Seleccção e Organização

Volume I

LINGUÍSTICA: Helena Rebelo, Thierry Proença dos Santos

LITERATURA: Ana Isabel Moniz, Fernando Figueiredo, Maria Teresa Nascimento

Volume II

CULTURA: Ana Margarida Falcão, Leonor Coelho, Paulo Miguel Rodrigues

Patrocínios e apoios

Universidade da Madeira, Associação Internacional de Lusitanistas,

Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal 500 Anos, E. E. M.,

Fundação para a Ciência e Tecnologia (Programa FACC), Instituto de Camões.

Design

Mais Dicas Design – Projecção e Execução, Lda.

Estrada do Portinho, 94 | 9125-110 Caniço

Tel. e Fax: 291 600 850

E-mail: design@maisdicas.com

Colecção

Textos, 88

Edição n.º 1359

ISBN

978-972-36-1150-2

Depósito Legal:

323708/11

Impressão e Acabamento

Rainho & Neves, Lda

Santa Maria da Feira

geral@rainhoneves.pt

Volume II

1000 exemplares

Este livro compila algumas das comunicações apresentadas no IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, realizado na Universidade da Madeira, em Agosto de 2008. Os textos são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores, especialistas em Língua Portuguesa.

Março de 2011

Associação Internacional de Lusitanistas
www.lusitanistasail.net

DIRECÇÃO
2005-2008

Presidência
Regina Zilberman

Vice-presidência – Carlos Reis
Vice-presidência – Elias Torres Feijo
Secretaria e tesouraria – Maria da Glória Bordini

Vogais
Ana Mafalda Leite
Benjamin Abdala Junior
Cristina Robalo Cordeiro
Ettore Finazzi Agró
Fátima Ribeiro
Helena Rebelo
Maria del Carmen Villarino Prado
Sebastião Tavares de Pinho
Rolf Nagel
Teresa Cristina Cerdeira da Silva

Conselho Fiscal
Laura Cavalcanti Padilha
M. Fátima Brauer-Figueiredo
Thomas Earle

Presidentes Honorários
Cleonice Berardinelli
Helder Macedo

ORGANIZAÇÃO

IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas

Funchal e Universidade da Madeira, de 4 a 9 de Agosto de 2008

Oradores Convidados

Sessão de Abertura: Tolentino Mendonça
Sessão de Encerramento: Isabel Pires de Lima

Comissão de Honra

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago
Ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro
Reitor da Universidade da Madeira, Pedro Telhado Pereira
Representante da República, Antero Alves Monteiro Diniz
Presidente da Assembleia Legislativa Regional, José Miguel Mendonça
Presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim
Presidente da Câmara do Funchal, Miguel Albuquerque
Comandante da Zona Militar da Madeira, João Miguel Castro Rosas Leitão
Bispo da Diocese do Funchal, António Carrilho
500 Anos do Funchal, Pedro Calado
Presidente da Associação Internacional de Lusitanistas, Regina Zilberman

Direcção

Helena Rebelo (coord.)
Fernando Figueiredo
Thierry Proença dos Santos

Comissão Científica

Ana Isabel Moniz
Ana Margarida Falcão
Helena Rebelo
Maria Teresa Nascimento
Paulo Miguel Rodrigues

Comissão Executiva

Helena Rebelo
Leonor Coelho
Fernando Figueiredo

Comissão Financeira

Thierry Proença dos Santos
Paulo Miguel Rodrigues
Carla Cró

***Brasíliada ou Portugal imune e salvo:* a epopeia em tempos de adversidade**

Maria Teresa Nascimento
Universidade da Madeira

Palavras-chave: epopeia, cânone, intertextualidade, Camões, D. João VI

Resumo: *Brasíliada ou Portugal imune e salvo*, cuja configuração genológica tentarei delinear, é o título de um poema épico em doze cantos, da autoria de Tomás dos Santos e Silva, publicado em 1815.

A transferência da corte para o Brasil, protagonizada pelo Príncipe D. João, futuro D. João VI, representada no último Canto com a chegada da armada ao Rio de Janeiro, constitui o gesto notável de um herói que apenas vem confirmar o enaltecimento que ao longo da epopeia lhe foi sendo prodigalizado. Num contexto político e social conturbado pelo avanço das tropas francesas, a epopeia irrompe como uma forma de revitalização do espírito pátrio.

Brasíliada ou Portugal imune e salvo é o título de um poema épico da autoria de Tomás dos Santos e Silva, em verso branco, “perto de doze mil” (SILVA, 1815: p. V) publicado em 1815 sob os auspícios de D. Francisco de Almeida Mello e Castro, a quem se endereça o texto preliminar cujas reflexões se revestem de algum proveito para a consideração da especificidade desta epopeia, outras, atinentes às condições da própria escrita, postas, por agora, de parte. Assim sendo, atentamos nos dois assuntos que merecem a atenção do autor: o primeiro deles assenta no distanciamento temporal a estabelecer entre os factos da História e a sua constituição como matéria épica – “A minha Acção, ou a judiciosíssima Evasão de S. A. R para os seus Estados do Brasil está inteiramente consumada; e é indiferente o cantá-la passados sete anos, ou após um Século extinto, etc.” (SILVA, 1815: p. V); o segundo, que deriva do primeiro, considera, sem deixar de convocar a necessidade da verosimilhança (ARISTÓTELES: 2003, 1460 a) 158), as diferenças entre Poesia e História:

“Sei que a Arte recomenda e o mesmo é na Tragédia, que para a Epopeia não se escolha uma Acção ou tão antiga, que a obscuridade dos Factos os denegue totalmente no conhecimento do Leitor, ou tão moderna que o Leitor possa desmentir a veracidade dos mesmos Factos; se acaso um Poeta, sabendo conter-se nos limites de uma estrita verosimilhança, pode, ou deve jamais ser desmentido?”¹ (SILVA, 1815: p. VIII)

Sem ser nosso propósito aferir o modo como cada facto histórico se converte em Poesia nesta epopeia, ou julgar da pertinência da afirmação do autor, de jamais essa relação ter sido tão próxima, a verdade é que a escolha de D. João VI como Herói e a da sua partida para o Brasil, como matéria épica, pode ter colhido de surpresa alguns leitores. Na verdade, a visão que nos chega deste acontecimento, dividida entre os ditames de salvação nacional avançados por exemplo por Francisco Soares Franco (FRANCO, 1808: pp. 3-9), ou os da cobardia denunciada por José Liberato Freire de Carvalho (CARVALHO, 1830: p. 156)² não parecem coadunar-se

¹ A justificar esta opção, evoca o autor a prática de Milton, de Camões ou do próprio Homero.

² Leia-se, por exemplo, o seguinte passo: «Um ministério imbecil, senão corrupto, e vendido à política estrangeira, e demais presidido por um Príncipe sem carácter, fraco e medroso, não tinha sabido ou não tinha

com a configuração do Príncipe regente como um Herói. Em sintonia, aliás, com a ideologia veiculada através do ensino ministrado nas escolas portuguesas, como verificamos ainda no séc. XX, com Ana de Castro Osório, escritora e pedagoga, numa das suas obras destinadas à instrução no Ensino Primário:

“Não achas, Felizarda, que ao ver esta terra de beleza e opulência, não admira que o rei D. João VI não quisesse mais voltar ao país, onde o esperavam tantas lutas? (...) – o que não impede que tenha feito uma triste figura, deixando Portugal numa hora de tamanho perigo, e que não tenha dado ao mundo o mais desgraçado exemplo de covardia governativa. – Sim, tu falas bem, mas que queres? A Natureza não o fadara para herói!...” (OSÓRIO, 1923: p. 61)

Não o pensou assim o poeta desta epopeia, como já veremos, que nela vislumbrou seguramente uma forma de revitalização do espírito pátrio.

Dividida em doze cantos, compostos por estrofes de extensão variável, cada um deles precedido por um argumento resumidor, *Brasilíada ou Portugal imune e salvo* obedece à estrutura canónica de proposição, invocação, dedicatória e narração. Narra-se a História de Portugal entre 1807 e 1808, evoca-se a Revolução Francesa, dedica-se a obra ao conselho de regência, não sem antes se solicitar inspiração para cantar o que anuncia a proposição:

“O denodo e o Varão de peito invicto,
e Mente mais qu’humana, Sábio e Forte;
Que resistindo a Homens, Astros, Fados
A Pátria, e os Numes Pátrios salvar soube
Em novo clima que de novo esmalta,
E donde a liberdade augura ao Orbe;
Verão sobre os Gofredos, sobre os Gamas,
E qu’a primeira vez Guerreiro, e Pio,
Filósofo e Monarca hão visto os Povos
Cantar eu vou, se tanto cabe em Metro.”

(SILVA: 1815, CI, p.11)

O Varão, desta vez assim mencionado na epopeia, doravante cederá lugar, umas vezes, ao Príncipe, outras, ao Herói, alto, excelso, insigne, sublime, guapo, magnânimo, prudente ou imortal – epítetos que enunciamos sem exaustividade.

Que Herói é este que assim encontramos designado desde os primeiros versos? Que acções comete ele? Em que se giza a sua actuação? São perguntas a que responderemos, percorrendo todo o poema e circunscrevendo a nossa leitura aos momentos de intervenção do Príncipe ao longo do poema. No primeiro Canto, instado a responder aos apelos da filha Teresa que teme pela sua segurança e pela do Reino, D. João responde com uma mensagem de firmeza na salvaguarda da sua protecção, bem como no repúdio pela guerra que, se necessário, se empenhará em refrear. No Canto II, perdido na tempestade, não o atemorizam os elementos. Depois, já, no Canto III, há-de passar revista ao exército, e em pleno acampamento militar, receber os dois nuncios de Jorge III, perante os quais, resistindo a todo o custo à transferência da Corte para o

querido fazer a paz nem a guerra; e desta forma desamparou cobardemente o terreno que era obrigado a defender com a mesma precipitação e desacordo com que ordinariamente se foge de uma casa que se vê de repente incendiada, e quando já não há mais tempo senão para salvar o corpo e a vida.»

Brasil, apresenta os mais elevados protestos de lealdade para com o monarca inglês, no cumprimento de uma aliança que perdurava no tempo. Na corte, logo, em plena montaria, organizada em honra dos convidados será a vez de o Príncipe manifestar os seus dotes de exímio caçador. Reunido, depois, com Stangford e Smith deverá anuir à força das suas razões que insistem na transferência da Corte para o Brasil. A bordo, já, uma forte tempestade assola as naus. O Príncipe reza, mas acaba desfalecendo.

“Noites, e noites, dias sobre dias
Assim dispersa a Frota, e derrotada
Vagava; cada dia, e cada noite,
Sendo mor a avaria, mor o estrago!
Quando o prudente Herói, João sublime
Afoito, destemido, e a pé constante,
Entre cruéis rajadas n’um frequente
Aturado balanço, e as catadupas
Do alto Olimpo a seu prumo desatadas
(...) Os olhos ergue ao Céu
(...) Disse e dizia; quando d’improviso
A seus olhos chofrando fuzil feio
De medonho trovão lh’absorve,
E o priva do precioso ar vital, e o desfalece!”

(SILVA, 1815: CX, pp. 309-310)

Pese embora o esboço necessariamente breve que aqui trouxe da acção narrativa desempenhada pelo Príncipe regente, fica claro que são raras as ocasiões em que a epopeia oferece ensejo para a confirmação do estatuto de herói que o poeta entendeu outorgar. Tal não obsta, contudo, que haja vários momentos em que o leitor pode construir um retrato de D. João onde são visíveis os traços de firmeza nas convicções, o arrojo nas declarações de resistência ao invasor, emulando antigos heróis lusos que esparziram o seu sangue sobre a Pátria, bem como a pertinaz lealdade a Jorge III, a que já me referimos. Uma dessas situações em que o Herói – chamemos-lhe nós, também assim, – é posto à prova, ocorre no Canto II. Convocadas aos diversos quartéis, ao som de troantes tambores, e postas em marcha, as tropas portuguesas, munidas de toda a sorte de instrumentos bélicos, não podem passar despercebidas a Satanás que durante o poema tudo fará para auxiliar os designios de Napoleão, vindo conseqüentemente a revelar-se um forte opositor dos Portugueses. Reunido em concílio com os sequazes, que do alto dos seus domínios se apressa a chamar, e com ele assentem, concorrendo com as mais diversas estratégias no sentido de travar as pretensões dos Lusos, decide Satanás atravessar no caminho do Príncipe o esqueleto de Fanzini, seu antigo preceptor. Perdido das tropas a quem dispersara uma tremenda tempestade que se abatera sobre a terra, e interpelado pelo esqueleto, representação alegórica da Lisonja, num quadro, típico do *locus horrendus*, vê-se o Príncipe intimado com razões que tentam demovê-lo de partir com a corte rumo ao Brasil.

Se nos encontramos nesta epopeia perante uma mudança do paradigma clássico relativamente à combinação das intervenções mitológicas com as alegóricas (Ciúme, Discórdia, Lisonja) o que não contraria a tendência do género, na época em apreço, são, por outro lado, omnipresentes os traços que certificam a vinculação à tradição do cânone, a começar pela já referida divisão em partes, das quais se destacam a invocação, pelas referências que ela comporta, relativamente ao universo do modelo virgiliano:

“Tu Dêlfico Fulgor, q’ao Mantuano
 Entre os arvos buscaste, e a preza língua
 Soltando-lhe primeiro, a rude avena
 Lhe fizeste trocar à Tuba Heróica,
 Qém mágicos accents, sons divinos
 Imune transmitiu além dos evos
 Ao exulado Herói, que da abrazada
 Tróia aflicta as relíquias preciosas
 Levou ao grande Tibre, onde os cimentos
 Erigiu de mais amplo, rico Empório!...”

(SILVA: 1815, CI, p.12)

Nova invocação, desta vez, dirigida às musas de Homero é aquela a que procede o general inglês Smith, havendo de solicitar inspiração para a sua narrativa:

“Musa d’Homero que, mendigo, e cego
 Trocando a um pão cansado versos d’oiro,
 (...) Socorre, vale a outro, q’igual fado,
 Porém não igual mérito sentindo
 Traze aos olhos (aos olhos que só conto
 Da minha retentiva) causa, e efeitos
 De vertigem maior, maior estrago,
 Com dignas expressões, e factos dignos
 Do Herói, qu’os teus venceu, em frase, em obra
 Mais forte Aquiles, mais facundo Ulisses.”

(SILVA: 1815, CV, pp. 131-132)

É que também em *Brasiliada*, como noutras epopeias, operam analepses que seleccionam matéria diegética que possa vir entroncar no presente da narrativa, contribuindo, dessa forma para a sua explicitação. Da responsabilidade de outro narrador que não o sujeito poético, essas outras narrativas surgem habitualmente como resposta à formulação de um pedido manifestado por uma das personagens. A instâncias da princesa Benedita, o general Smith toma a seu cargo a História da Revolução Francesa e durante dois Cantos, o V e o VI, a sua voz far-se-á ouvir para através dela ecoarem testemunhos de sangue e atrocidades sobre os quais não se exime de prodigalizar juízos de valor. Outros narradores responsáveis por segmentos discursivos menores são, no Canto VII, Araújo, a pedido da rainha Carlota, que complementará a narrativa anterior, mas igualmente a duquesa de Luxembourg, Myrtille e Ramiro, desta vez com matérias de natureza amorosa, imprimindo um cunho lírico à epopeia e simultaneamente facultando momentos de distensão a toda a Corte, ao conseguir arredá-la por algum tempo das preocupações relativas ao invasor.

Num outro plano se situam outros episódios que introduzem alguma variedade na diegese ao colocarem numa dimensão transcendente o sucesso ou insucesso da acção épica. Esta epopeia não foge ao cânone quando extrema dois campos de forças em que se movem oponentes e adjuvantes em torno do destino de Lísia. De um lado, como já vimos, as forças do mal, corporizadas por Satanás, e do outro, Jove, que se refere ao Reino de Portugal como o “luso paraíso que eu trago na pupila de meus olhos” (SILVA, 1815: CI, p.28) vindo ambos a valer-se dos meios considerados mais eficazes para o alcance dos respectivos desígnios. Logo no Canto I, a mando de Jove, sobe a Fortuna ao Olimpo a quem se ordena que guarde, acompanhe e vigie

João “mormente contra insídias, e ciladas desse monstro infernal”(SILVA, 1815: CI, p. 29). No Canto X, é novamente a vez de Deus, agora assim mencionado, se apiedar do Príncipe que entretanto desfalecera, interpelando a Fortuna a que convoque a Bonança para que apazigue a tempestade entretanto desencadeada por Satã, que prefere despenhar-se num abismo a confrontar-se com a própria derrota.

A viagem pressupunha longa rota de perigos, como aquela que cantara Camões na sua epopeia e a escrita de *Brasiliada* não passará indiferente à intertextualidade com a do grande épico português. Pondo de parte as curtas alusões que atestam a presença de *Os Lusíadas* em *Brasiliada* e mesmo até a convocação do mito inesiano, por Ramiro, no episódio lírico que há pouco citávamos, porque a sua fortuna poderia dispensar a exclusividade da fonte camoniana, terei que realçar o momento inequívoco da despedida da frota em Belém, rumo ao Brasil, em que explicitamente se invoca essa outra partida para longes terras, criticada pelo Velho do Restelo:

“Viste de ti partir os teus insignes,
primeiros Argonautas
que em seus dobres
Augurando-lhe a perda os roucos sinos,
E maldizendo o Velho, a guerra insana”

(SILVA. 1815: CIX, p. 269)

Mais adiante, são ainda outras as similitudes com a epopeia camoniana, quando a voz de um homem que assistia isolado à partida, se destaca, fazendo-se ouvir as palavras que dirige ao Príncipe. E no gesto, é o verso de Camões que perpassa perante nós: «Três vezes a cabeça meneando». (SILVA. 1815: CIX, p.274)

Desta vez, contudo, o sentido do discurso do Velho é outro. Não se reprova a partida, antes ela se incentiva. Não é uma derrota a que experimenta o Príncipe, mas apenas o trampolim para novas glórias, à escala de um espaço geográfico maior do que aquele donde parte.

Depois, no decurso da viagem, às portas do Cabo da Boa Esperança, será a ocasião de fazer o Adamastor a sua aparição, por via do pensamento de Satã:

“Deixando atrás forçados os cancelos,
Que o velho Adamastor cerrava há muito
Com pezado ferrolho: oh Gente insana!
(Satán cuida inda ouvir ao gram Gigante.
Com voz que á do trovão s’assemelhava,
A boca negra, os dentes amarelos,
Tocando os pés o chão, a testa as nuvens,
E dois distantes escabrosos montes
Servindo-lhe d’espadas) como é crível
Que de tão longe a tanto custo, e prigo,
Tu comigo t’arrostes? ”

(C X, p. 285)

Arrostar com o perigo, se merece punição, pode também suscitar a elevação do homem acima do comum dos mortais.

Não falta a esta epopeia ainda, um motivo por demais comum ao género épico – conceder ao Príncipe o conhecimento daquilo que está vedado aos comuns mortais. Antes de chegar ao fim desejado, conduzido pela Fortuna, ao longo dos Cantos XI e XII, ao Herói será agora possível penetrar nos segredos futuros do Universo

directamente relacionados com o destino de Lísia. Mas não serão neste momento as musas de Homero ou de Virgílio as invocadas, como anteriormente. Para esta narrativa proléptica convocar-se-á o próprio Milton de quem se recordará a cegueira não impeditiva do seu canto sobre o Éden. Possa agora guiar ele, com o seu estro este outro poeta, igualmente cego, que tem de cantar o Éden de Lísia. Transportado em sonhos pela Fortuna, ao Príncipe é oferecido visitar aqueles que partiram já deste mundo. Penando se encontram os Franceses. Desfrutando das glórias celestiais, os reis portugueses, dignos de memória. Mas mais a Fortuna mostrará: os triunfos das tropas inglesas e as derrotas napoleónicas.

A mensagem final da epopeia é, portanto, também, uma lição ética sobre as atrocidades de uma guerra que devastava nações.

A chegada da corte ao Rio de Janeiro, depois de ter repousado na Baía, constitui por isso a possibilidade de revitalização de um reino cujo governo se transfere de um mundo velho para outro novo. Qual Canaã se apresenta, pois o Brasil, uma comparação que será sempre de ampla fortuna entre os escritores que exaltam as suas grandezas:

“Se o centro lhe profundam, são diamante
As pedras, oiro a terra, prata a areia;
E se lhe olham a vasta superfície
São o cardo a farinha, a silva o açúcar
Jardins os Matos, Bálsamos os Lenhos”

(SILVA: 1815, C XII, pp. 377-378)

A Pátria foi salva pelo Herói e no Mundo Velho se aguardará o seu antigo esplendor – tal é a mensagem final da epopeia.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES, (2003). *Poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CARVALHO, José Liberato Freire de (1830). *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Rei de Portugal, onde se mostra ser aquele Reino, desde a sua origem, uma monarquia representativa, e que o absolutismo, a superstição, e a influência da Inglaterra, são as causas da sua actual decadência*. Paris: Casa de Hector Bossange.
- FERRO, Manuel (1997). “Épica” in *Biblos*, Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, vol.II. Lisboa: Verbo, col. 305-314.
- FRANCO, Francisco Soares (1808). *Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- OSÓRIO, Ana de Castro (1923). *Viagens aventurosas de Felício e Felizarda ao Brasil*. Lisboa: Lusitânia.
- SILVA, Tomás António dos Santos e (1815) *Braziliada ou Portugal immune e salvo*: poema épico em doze cantos composto debaixo dos auspícios do excellentissimo senhor D. Francisco de Almeida Mello e Castro. Lisboa: Impressão Régia.